



- REQUERIMENTO Número /x (.a))
- PERGUNTA Número 2444 /x (4a) .a))

Expeça-se
Publique-se
20/15/2009
O Secretário da Mesa
<i>Rosário</i>

Assunto: Expropriações de terrenos para construção de plataformas logísticas em Matosinhos

Destinatário: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Decorre o processo de construção das plataformas logísticas de Matosinhos que, num futuro desejavelmente próximo se espera poderem vir servir sobretudo o Porto de Leixões, estando neste momento a decorrer processos de expropriação de alguns dos terrenos a utilizar para a construção desta infra-estrutura.

Estes processos de expropriação decorrem sob a liderança da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, sendo que de alguns dos terrenos em expropriação vão ser desalojados proprietários e arrendatários que aí têm a sua habitação permanente há longos anos.

Esta situação exige, quanto ao PCP, uma atenção e cuidado especiais por parte da APDL já que, segundo o que tenho sido informado, os valores propostos para a indemnização dos terrenos têm apenas em conta o seu valor e as eventuais benfeitorias aí construídas, mas não estão a entrar em linha de conta com os encargos de realojamento das famílias aí instaladas há longos anos.

Os valores propostos, de acordo com os critérios atrás enunciados, estão longe de poder permitir suportar às famílias proprietárias, e que habitam nos terrenos sob expropriação, os encargos de realojamento.

Parece inquestionável que nestes casos, a APDL terá que encarar o problema do realojamento das pessoas que são proprietários e habitam os terrenos sob expropriação, ou daquelas pessoas, seus familiares ou arrendatários, que aí habitam também. Isto não está a ser feito, de acordo com as informações que tenho recebido.

Por outro lado, a Câmara de Matosinhos afirma desconhecer em absoluto que haja necessidades de realojamento, tendo mesmo afirmado em público que nunca a APDL a terá contactado para tal



efeito. Razão pela qual, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, sejam respondidas as seguintes perguntas:

1. Confirma o Governo, ou não, que está em curso um processo de expropriação de terrenos para a construção das plataformas logísticas de Matosinhos? E confirma-se ou não que é a APDL a entidade responsável por tal processo de expropriação?
2. Tem o Governo conhecimento da existência de várias famílias que habitam há longos anos em alguns dos terrenos que agora estão a ser expropriados? E tem o Governo a noção que os valores que estão a ser propostos para a expropriação dos terrenos e benfeitorias não permite aos expropriados proceder ao respectivo realojamento?
3. Nestas situações o que pretende fazer o Ministério e a APDL? Vão, ou não, proceder, como é justo e ético, ao realojamento das pessoas que habitam nos terrenos sob expropriação?
4. Em caso afirmativo, como pensa e onde pensa o Governo proceder a esse realojamento? Tenciona utilizar casas de arrendamento social do Município? Neste caso, de que está à espera para colher a aprovação e o acordo da Câmara?
5. Quantos realojamentos estão previstos neste processo de expropriação?
6. Quando pensa o Governo ter concluído este processo expropriativo e quando é que o Governo tenciona ter concluída a construção das plataformas logísticas de Matosinhos?

Palácio de São Bento, 20 de Maio de 2009

O Deputado:

(Honório Novo)